

Os conhecimentos fortuitos de prova no processo penal

Anderson Bezerra Lopes



D'PLÁCIDO
EDITORA

Copyright © 2016, D'Plácido Editora.
Copyright © 2016, Anderson Bezerra Lopes.

Editor Chefe
Plácido Arraes

Produtor Editorial
Tales Leon de Marco

Capa
Bárbara Rodrigues da Silva

Diagramação
Bárbara Rodrigues da Silva

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios, sem a autorização prévia da D'Plácido Editora.



D' PLÁCIDO
EDITORA

Editora D'Plácido
Av. Brasil, 1843, Savassi
Belo Horizonte - MG
Tel.: 3261 2801
CEP 30140-007

Catálogo na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica

LOPES, Anderson Bezerra.

Os conhecimentos fortuitos de prova no processo penal -- Belo Horizonte:
Editora D'Plácido, 2016.

Bibliografia

ISBN: 978-85-8425-372-2

1. Direito 2. Direito Penal I. Título II. Direito

CDU343.2/7

CDD341.5

Sumário

Prefácio	15
Introdução	21
1. A metódica dos direitos fundamentais, sua estrutura e hipóteses de restrição:	27
1.1. Considerações preliminares.....	27
1.2. Aspectos gerais das normas de direitos fundamentais.....	31
1.2.1. O processo de positivação dos direitos humanos: fundamentalização e constitucionalização.....	31
1.2.2. Normas com fundamentalidade direta e normas com fundamentalidade atribuída: para além de um conceito formal de direitos fundamentais.....	36
1.3. As dimensões objetiva e subjetiva dos direitos fundamentais.....	38
1.4. As normas de direitos fundamentais quanto a sua estrutura: a teoria dos princípios de Robert Alexy.....	41
1.4.1. O conceito de regra e de princípio.....	41

1.4.2. Os conflitos entre regras.....	43
1.4.3. As colisões entre princípios e a lei de colisão.....	44
1.4.4. A colisão entre princípios e regras.....	49
1.5. Suporte fático.....	53
1.5.1. Os conceitos de suporte fático e sua relevância para a teoria jurídica dos direitos fundamentais.....	53
1.5.2. Os elementos componentes do suporte fático.....	57
1.5.2.1. Âmbito de proteção.....	57
1.5.2.2. Intervenção estatal (e ausência de fundamentação constitucional).....	61
1.5.3. A amplitude do suporte fático.....	63
1.6. O regime das restrições aos direitos fundamentais.....	69
1.6.1. Considerações iniciais: a teoria interna e a teoria externa.....	69
1.6.2. O conceito de restrição.....	72
1.6.3. As categorias de restrições.....	72
1.7. A regra da proporcionalidade: os limites dos limites.....	74
1.7.1. Fundamento e função da proporcionalidade.....	75
1.7.2. Pressuposto formal: legalidade.....	78
1.7.3. Pressuposto material: justificação teleológica.....	84

1.7.4. Requisito extrínseco subjetivo: judicialidade.....	86
1.7.5. Requisito extrínseco formal: motivação da decisão.....	88
1.7.6. Requisitos intrínsecos.....	93
1.7.6.1. Idoneidade ou adequação.....	93
1.7.6.2. Necessidade ou exigibilidade.....	99
1.7.6.3. Proporcionalidade em sentido estrito.....	102
1.8. A garantia do conteúdo essencial.....	106
1.9. Conclusão parcial.....	109

2. Os conhecimentos fortuitos no contexto dos meios de obtenção de prova..... 113

2.1. Aspectos gerais do inquérito policial como espécie de investigação preliminar: finalidade, natureza jurídica, atribuição e grau de cognição.....	113
2.2. Processo penal, prova e verdade.....	119
2.3. Polissemia do termo prova: conceitos e significados.....	123
2.4. O direito à prova e os momentos probatórios.....	130
2.5. Objeto da prova.....	134
2.6. Classificações da prova.....	135
2.6.1. Prova ilegítima e prova ilícita.....	135
2.6.2. Prova típica, prova atípica e conceitos afins (prova anômala, prova irritual e prova nominada).....	139

2.6.3. Prova emprestada	145
2.6.4. Prova cautelar, prova antecipada e prova irrepitível.....	150
2.7. A natureza cautelar dos meios de obtenção de prova.....	152
2.8. Classificação dos meios de obtenção de prova.....	157
2.8.1. Meios de obtenção de prova típicos e atípicos.....	157
2.8.2. Meios de obtenção de prova preventivos e repressivos.....	161
2.9. A eficácia probatória dos meios de obtenção de prova.....	165
2.10. Inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos.....	170
3. Análise histórica, dogmática e comparada dos conhecimentos fortuitos de prova no direito processual penal.....	175
3.1. Notícia histórica.....	175
3.2. Conceito.....	189
3.3. Objeto.....	203
3.4. Natureza jurídica.....	204
3.5. Admissibilidade dos conhecimentos fortuitos de prova no direito processual penal.....	205
3.5.1. Nos meios de obtenção de prova atípicos.....	205

3.5.2. Nos meios de obtenção de prova típicos	207
3.5.2.1. Com um catálogo de crimes.....	207
3.5.2.2. Sem um catálogo de crimes.....	218
3.5.3. Aproveitamento do conhecimento fortuito como notícia-crime.....	222
3.6. O tratamento dos conhecimentos fortuitos de prova no direito processual penal comparado.....	226
3.6.1. Alemanha.....	228
3.6.2. Espanha.....	232
3.6.3. Itália.....	239
3.6.4. Portugal.....	243
4. Os conhecimentos fortuitos de prova no direito processual penal brasileiro.....	251
4.1. O carácter multidimensional dos conhecimentos fortuitos na perspectiva constitucional.....	251
4.2. Os conhecimentos fortuitos no contexto do processo penal.....	258
4.3. A admissibilidade dos conhecimentos fortuitos nos meios de obtenção de prova.....	260
4.3.1. Nos meios de obtenção de prova atípicos.....	260
4.3.2. Nos meios de obtenção de prova típicos.....	264
4.3.2.1. Com um catálogo de crimes: a interceptação das comunicações.....	

telefônicas prevista na Lei n.º 9.296/96.....	264
4.3.2.2. Sem um catálogo de crimes: a busca domiciliar.....	279
4.4. Repercussão processual dos conhecimentos fortuitos.....	283
4.5. O tratamento do tema no PLS n.º 156/2008 do Senado Federal.....	284
4.6. Sugestões de lege ferenda.....	288
Conclusão.....	291
Bibliografia.....	295